

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento da promoção e da aplicação dos mecanismos diversificados de resolução de litígios

O Governo da RAEM tem vindo a promover activamente os mecanismos diversificados de resolução de litígios, em articulação com os objectivos de “aperfeiçoar os mecanismos diversificados de resolução de litígios” e “aprofundar a cooperação jurídica inter-regional e internacional” fixados no “3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026-2030)”.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem alcançado alguns progressos na promoção dos regimes de mediação e arbitragem. Os serviços jurídicos das três regiões – Guangdong, Hong Kong e Macau estabeleceram, em 2019, um mecanismo de reunião conjunta, tendo já realizado desde então múltiplas reuniões, alcançando resultados no aperfeiçoamento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios, na elevação da qualidade dos serviços jurídicos, no reforço da formação de quadros qualificados no domínio jurídico estrangeiro, etc. No que respeita à articulação das regras de mediação, foram já definidos e promulgados os “Critérios de avaliação da qualificação e habilitação dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, as “Regras de boas práticas de deontologia profissional dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e as “Regras modelo de mediação de litígios transfronteiriços da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, tendo ainda sido publicada a “Lista dos mediadores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Na vertente da mediação e arbitragem de conflitos de consumo, o Centro de Mediação e de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Macau tem vindo a expandir a sua rede de cooperação transfronteiriça, tendo estabelecido, em Maio de 2026, um mecanismo de mediação e arbitragem “online” com o Centro de

Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa, de Portugal.

No entanto, existem ainda obstáculos jurídicos à mobilidade de mediadores não residentes; os tipos de casos tratados em Macau através das instituições de arbitragem e de mediação são relativamente simples e em número reduzido; e a vontade de recorrer à mediação e à arbitragem, o grau de conhecimento dos residentes, etc. são bastante inferiores aos das regiões vizinhas – factores que têm limitado a aplicação e o desenvolvimento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios de Macau.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. No que respeita à elevação do nível dos serviços no domínio jurídico estrangeiro e da melhoria do ambiente de negócios assente no Estado de Direito: os serviços jurídicos, de arbitragem e de mediação constituem uma parte importante do ambiente de negócios da RAEM. As autoridades vão considerar os serviços de arbitragem e de mediação como parte integrante da diversificação das indústrias da RAEM, apoiando o sector na expansão do mercado de serviços jurídicos de Macau (incluindo os transfronteiriços)? E de que medidas concretas dispõem para o efeito?

2. No que respeita ao aprofundamento da promoção da mediação e arbitragem: a vontade de recorrer à mediação e à arbitragem e o grau de conhecimento dos residentes são bastante inferiores aos das regiões vizinhas. Para além de continuar a reforçar a formação nos domínios da mediação e da arbitragem, vai o Governo da RAEM reforçar, com base na situação actual, as acções de divulgação e promoção da mediação e da arbitragem junto dos residentes e das empresas?

3. No que respeita ao aperfeiçoamento da aplicação em Macau dos mecanismos diversificados de resolução de litígios: o Governo da RAEM alcançou alguns progressos no aperfeiçoamento dos mecanismos diversificados de resolução de litígios, no reforço da formação de quadros qualificados de

arbitragem e de mediação, etc. Na próxima fase, de que outras medidas dispõe o Governo para apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos diversificados de resolução de conflitos de Macau, para encaminhar mais casos para as instituições de mediação ou de arbitragem, a fim de reduzir o volume de trabalho dos tribunais de Macau no tratamento de processos?

6 de Agosto de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Wun Kong